



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
Rua Dona Maria Câmara, 1884 - Bairro Capim Macio, Natal/RN, CEP 59082-430
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.semarh.rn.gov.br

EDITAL Nº 90006/2026

Processo nº 02310026.000480/2026-26

EDITAL
Pregão Eletrônico n.º 90006/2026 - SEMARH
Exclusivo para ME, EPP, MEI e equiparados
Processo SEI n.º 02310026.000480/2026-26

Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de membranas de osmose reversa, destinadas à reposição nos sistemas de dessalinização do Programa Água Doce - PAD/RN.	
Modo de Disputa	Aberto
Tipo/Critério de Julgamento	Menor Preço
Valor Máximo Admissível	R\$142.245,12
Prazo de Vigência	6(seis) meses
Agente de Contratação	Ronaldo Frederico de O. Freitas (Portaria nº 4/2024)
UASG (www.compras.gov.br)	928196

A **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte**, CNPJ 01.066.896/0001-74, Rua Dona Maria Câmara, 1884, Capim Macio, Natal - RN, CEP. 59.082-430, por seu Agente de Contratação/Pregoeiro, torna público que realizará **Pregão Eletrônico**, do tipo **Menor Preço**, no modo de disputa **Aberto**, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de membranas de osmose reversa, destinadas à reposição nos sistemas de dessalinização do Programa Água Doce - PAD/RN, conforme especificações presentes neste instrumento, regida pela Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020 e Decreto Estadual nº 32.449/2023, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

Edital disponível nos sites: www.gov.br/compras e <https://www.semarh.rn.gov.br/> Pedidos de informações, esclarecimentos, questionamentos e impugnações deverão ser encaminhados ao e-mail: semarh.licita@gmail.com

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de membranas de osmose reversa, destinadas à reposição nos sistemas de dessalinização do Programa Água Doce - PAD/RN.

2. DA MODALIDADE, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DO ORÇAMENTO

- 2.1 Modalidade: Pregão (art. 6º, XLI, da Lei Federal n.º 14.133/2021).
- 2.2 Processamento: Grupo Único
- 2.3 Formato: Eletrônico
- 2.4 Critério de julgamento: Menor Preço (art. 6º, XLI, da Lei Federal n.º 14.133/2021).
- 2.5 Modo de disputa: Aberto (art. 56, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021).
- 2.6 Valor total estimado da contratação: R\$142.245,12.

3. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

3.1. Autorização (Id 40980796) por parte do Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, inserida no Processo n.º 02310026.000480/2026-26.

4. DIA, HORÁRIO, LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO E INTERVALO MÍNIMO DE VALORES

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo Agente de Contratação, a ser realizada conforme indicado abaixo:

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Data: 23/06/2026 - Hora: 9h00

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Data: 03/07/2026 - Hora: 9h00

SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Data: 03/07/2026 - Hora: 9h00

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir da divulgação do Edital no sítio www.comprasnet.gov.br

MODO DE DISPUTA: Aberto

INTERVALO MÍNIMO DE VALORES: R\$200,00 (duzentos reais).

4.2 Ocorrendo feriado ou outro fato superveniente, que impeça a realização da licitação na data agendada, a mesma ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

4.3 Trata-se de bens de natureza comum, a ser contratado mediante processo licitatório na modalidade Pregão.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 As despesas serão custeadas pela programação orçamentária: 27.131.18.544.0402 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Subação 135501 - Programa Água Doce - Elemento de Despesa: 4490.30.25 Material para Manutenção de Bens Móveis Fontes 4.700.010010 Recursos de Convênio e Fonte 5.500 Recursos Ordinários - Superávit Financeiro Contra partida de Convênio.

6. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

6.1 O presente Edital poderá ser retirado no site www.comprasnet.gov.br e www.semarh.rn.gov.br, ou encaminhado mediante solicitação no e-mail semarh.licita@gmail.com. Os licitantes e demais interessados poderão obter informações pelos seguintes meios: a) pessoalmente no endereço do órgão, no horário das 8h00 às 12h00; b) por meio do e-mail semarh.licita@gmail.com

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Agente de Contratação, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico semarh.licita@gmail.com

7.1.1 O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no site www.comprasnet.gov.br.

7.2 Os interessados poderão formular impugnações até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico semarh.licita@gmail.com

7.2.1 Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

7.2.2 Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

8. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

8.1 Em razão do valor orçado, a licitação será exclusiva para ME, EPP, MEI e equiparados, em conformidade com a Lei Complementar Estadual n.º 675/2020.

8.2 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.comprasnet.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

8.3 A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem 8.2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.6 Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública.

8.7 Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do Termo de Referência relacionado ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

8.8 Não será permitida a participação de licitantes que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,

financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.9 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme art. 14, V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.10 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.11 As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação.

8.11.1 A empresa estrangeira deverá informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.12 A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

9.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, correspondendo ao menor preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.2.1 Os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, admitindo-se que a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira seja substituída pelo registro cadastral no SICAF, e observado o disposto no inc. III do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

9.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

9.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

9.3.2 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

9.5 Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

9.6 Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

9.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

9.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.11 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

10. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE DAS PROPOSTAS

10.1 Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

10.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

10.5 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote ou grupo, conforme o caso.

10.7 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.8 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.8.1 A prorrogação automática da etapa de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.8.2 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.9 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

10.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

10.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.12 Caso à licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.13 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta da primeira colocada permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.14.1 A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.14.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.14.3 O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.15 O Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Termo de Referência e já apresentados.

10.15.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante e aceita pelo Pregoeiro. Ainda, pode o Pregoeiro, de ofício prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, quando constatar que o mesmo não é suficiente para envio do documento.

10.16 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante verificação no SICAF e em Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica.

11.2 Caso conste na consulta de situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.2 A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.2.3 Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada desclassificada, por falta de condição de participação.

11.3 Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) conter vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, anexo a este Edital;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo (unitário e global) e/ou apresentar desconto menor que o definido para a contratação, conforme o critério de julgamento definido neste Edital;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.4 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

11.5 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.5.1 O ajuste de que trata este subitem se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.6 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

12. DOS PRAZOS, DA PRORROGAÇÃO, DO LOCAL, DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO PAGAMENTO

12.1 O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato. O ajuste poderá ser prorrogado a critério das partes, desde que observadas a regras previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.2 A eventual prorrogação contratual será condicionada ao ateste, pela autoridade competente de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com o contratado, com vistas a obtenção de menores preços ou melhores condições contratuais com a administração pública.

12.3 O(a) contratado(a) não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

12.4 A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

12.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o(a) contratado(a) tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação da respectiva penalidade.

12.6 As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 90 (noventa) dias, contados da data da realização da licitação.

12.7 Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

12.8 A entrega do material será realizada de acordo com o quantitativo demandado por este órgão público, conforme indicado no Termo de Referência, anexo a este Edital.

12.9 O prazo para entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra, conforme disposto no item 1.9 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.10 O aceite da Nota de Empenho emitida à empresa contratada implica o reconhecimento de que:

12.10.1 O fornecedor se vincula à sua proposta e às previsões contidas no contrato, bem como no Termo de Referência;

12.10.2 O fornecedor reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, no que couber, e reconhece os direitos da Administração na mesma Lei.

12.11 A entrega dos materiais será na Sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), localizada na Rua Dona Maria Câmara, n.º 1884, Capim Macio, Natal - RN, no horário das 08h00 às 14h00. Na entrega, serão conferidos os produtos, verificando-se especialmente as datas de validade registradas nas embalagens e a inviolabilidade dos lacres dos pacotes.

12.12 A descarga dos bens e acomodação dos mesmos no Almoarifado da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos

Recursos Hídricos (SEMARH) deverá ser realizada por funcionários da contratada, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários ao trabalho.

12.13 Os bens serão recebidos provisoriamente responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.14 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.15 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

12.16 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

12.17 O pagamento será realizado no prazo 30 dias, contados a partir do recebimento definitivo e atesto da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado em sua proposta de preços.

12.18 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do Contrato.

12.19 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

12.20 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o(a) Contratado(a) providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.22 Antes de cada pagamento ao contratado, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

12.23 Constatando-se a situação de irregularidade do(a) contratado(a), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.24 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.25 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.25.1 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa e o contraditório.

12.25.2 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

12.26 Será rescindido o Contrato em execução com o(a) contratado(a) inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.27 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.28 À contratante, reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações constantes do Edital.

13. DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, seja ela parcial ou total.

13.2 Não será admitida a cessão do objeto contratual, seja ela parcial ou total.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

(A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá, a critério do licitante, ser substituída pelo registro no SICAF).

14.1 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

14.1.1 Das declarações

- a) Declaração ME ou EPP;
- b) Declaração de inexistência de fato impeditivo; e
- c) Declaração que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz.

14.1.2 Dos cadastros e certidões

- a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidões de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante emissão de CNDT.

14.2 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.2.1 Dos documentos e certidões

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Comprovação de capital social patrimônio líquido equivalente a 10% do valor estimado da contratação.

14.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.3.1 Dos documentos

- a) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência anterior no fornecimento de bens com características compatíveis com o objeto licitado, em conformidade com o art. 67, II, e § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Catálogo técnico ou ficha técnica do produto ofertado, emitido pelo fabricante ou distribuidor autorizado, comprovando a compatibilidade com as especificações técnicas exigidas, especialmente quanto às dimensões físicas de 4 polegadas de diâmetro por 40 polegadas de comprimento, padrão de conexão compatível com os vasos de pressão utilizados nos sistemas convencionais de osmose reversa e operação dentro dos limites técnicos especificados.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Caberá recurso em face de:

- I - julgamento das propostas;
- II - ato de habilitação ou inabilitação de licitante; e
- III - anulação ou revogação da licitação.

15.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3(três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento; e

II - a apreciação se dará em fase única.

15.3. Declarado o vencedor, a Comissão de Contratação abrirá prazo para qualquer licitante, de forma motivada, manifestar sua intenção de recurso.

15.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

15.5. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante, ou baseada em fatos genéricos.

15.6. A Comissão de Contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a.

15.7. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso no prazo de até 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

15.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, a licitante interessada poderá solicitar vista dos autos.

15.9. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Comissão de Contratação serão a ela dirigidos,

que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.10. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 São obrigações da Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato ou instrumento equivalente e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste documento e/ou no Contrato;
- h) Cientificar a Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato ou no Instrumento Equivalente, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- k) Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias.
- l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- m) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- n) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e repactuação feitos pelo(a) contratado(a) no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 São obrigações da Contratada:

- a) O contratado deverá cumprir integralmente todas as disposições constantes neste Termo de Referência, no edital e no contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto, observando, em especial, as seguintes obrigações:
 - 1) fornecer os materiais em conformidade com as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 2) garantir que as membranas de osmose reversa fornecidas sejam novas, originais de fábrica, sem uso anterior e com fabricação recente, atendendo aos padrões técnicos exigidos;
 - 3) assegurar que os produtos estejam devidamente embalados, acondicionados e protegidos, de modo a evitar danos durante o transporte, armazenamento e entrega;
 - 4) garantir que as embalagens contenham identificação clara do fabricante, número de série, lote e data de fabricação, quando aplicável;
 - 5) responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais no(s) local(is) indicado(s) pela contratante, sem qualquer ônus adicional para a Administração;

6) cumprir os prazos de entrega estabelecidos no contrato ou na nota de empenho;

7) comunicar à contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa impedir ou atrasar a entrega dos materiais, apresentando a devida justificativa;

8) substituir, no prazo estabelecido pela Administração, os materiais que apresentarem defeitos, avarias, divergências técnicas ou incompatibilidade com as especificações exigidas;

9) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, nos termos da legislação aplicável, inclusive do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

10) reparar ou substituir, às suas expensas, quaisquer materiais que apresentem defeito de fabricação, irregularidade ou não conformidade com as especificações contratadas;

11) responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência do fornecimento dos materiais;

12) atender prontamente às solicitações e determinações da fiscalização do contrato, prestando as informações e esclarecimentos solicitados;

13) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14) apresentar, quando solicitado pela Administração ou quando não for possível a verificação por meio de sistemas oficiais, os documentos que comprovem sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

15) arcar com todos os tributos, encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o objeto contratado;

16) guardar sigilo sobre informações e documentos eventualmente acessados em razão da execução contratual;

17) arcar com os custos decorrentes de eventuais erros no dimensionamento de sua proposta, exceto nas hipóteses previstas no art. 124, II, da Lei nº 14.133/2021;

18) cumprir toda a legislação aplicável ao fornecimento do objeto contratado.

17.2 A atuação da fiscalização da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

17.3 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DE PARTICIPAÇÃO

18.1 Haverá exigência de garantia de execução, nos termos previstos no Item 7 do TR.

18.2 Não haverá exigência de garantia de participação.

19. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A gestão contratual será exercida pela Servidora Dilma Lucas da Silva, Matrícula nº 177.283-0 e a fiscalização pelos servidores Lionel Pessoa de Souza, Matrícula: 59799-6 e o técnico Roberto Jorge Rocha do Nascimento, Matrícula: 162992-1, nos termos do ato de designação a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, às quais compete o disposto neste edital e na legislação aplicável.

19.2. Do Gestor do Contrato caberá, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, a análise de documentos para pagamento, o acompanhamento das condições de habilitação da Contratada, a análise de pedidos de alteração ou reequilíbrio contratual, e a coordenação das medidas necessárias para a fiel execução do contrato, inclusive a instrução de procedimentos sancionatórios.

19.3. Do Fiscal do Contrato caberá, nos termos do § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhar e fiscalizar in loco a execução do objeto, atestar faturas e medições, efetuar o recebimento provisório, anotar em registro próprio todas as ocorrências do contrato e notificar a Contratada para sanar eventuais inadimplementos.

19.4. O acompanhamento da execução contratual será realizado por meio de instrumentos de controle que mensurem, no mínimo, o cumprimento de prazos, a qualidade do objeto, a aplicação dos recursos e a satisfação do usuário final, quando aplicável.

19.5. A fiscalização e gestão contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal n. 14.133/2021.

20. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

20.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

20.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

20.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

20.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

21. DA EXTINÇÃO

21.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

21.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.3 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139, da mesma Lei Federal n.º 14.133/2021.

21.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

21.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

21.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
- c) Indenizações e multas.

21.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

21.8 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o(a) contratado(a) mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/ 2021).

22. DO REAJUSTE

22.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da legislação vigente.

22.2 Caso a vigência contratual ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

22.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

22.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

22.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

22.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m)

mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

22.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

22.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 Fica assegurado à SEMARH o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.2 A SEMARH poderá introduzir aditamentos, modificações ou revisões no presente Edital e seus Anexos, os quais serão divulgados pela mesma forma que se deu ao texto original.

23.3 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

23.4 Os Licitantes são responsáveis pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da licitação, considerando-se os documentos nos quais não conste prazo de vencimento como válidos por noventa dias, contadas da data de sua expedição.

23.5 Em qualquer fase do procedimento licitatório, a SEMARH se reserva ao direito de solicitar aos Licitantes os esclarecimentos eventualmente necessários ao perfeito entendimento e juízo dos documentos apresentados.

23.6 O Agente de Contratação, por despacho fundamentado, desclassificará o Licitante, sem que a este assista o direito de reclamar qualquer indenização ou ressarcimento, na hipótese de lhe chegar ao conhecimento qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento, que desabone a sua idoneidade jurídica e/ou capacidade técnica, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

23.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão de Contratação em contrário.

23.8 Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão de Contratação, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis às Licitações e com os Princípios Gerais do Direito.

Natal - RN, 21 de junho de 2026.

Ronaldo Frederico de Oliveira Freitas
Pregoeiro/Agente de Contratação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
DOCUMENTO EM PDF

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO
DOCUMENTO EM PDF

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

E-MAIL:

Ref.: Edital n.º 90006/2026

Prezados Senhores,

Tendo examinado o PREGÃO ELETRÔNICO supramencionado e seus elementos técnicos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para fornecimento, em conformidade com as características e quantitativos exigidos no edital, pelo valor global de R\$, de acordo com a planilha de preços contendo o valor unitário e global, conforme a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
01				

OBSERVAÇÃO: INSERIR DETALHAMENTO PRODUTOS

Declaramos, ainda, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus Anexos e que em nossa proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de entrega dos materiais, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à SEMARH.

Valor total da proposta: R\$

Declaramos que a validade desta proposta é de 90 dias a contar da data de sua entrega.

. Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco _____, Nº _____, Agência _____.
Atenciosamente,

Natal - RN, ____ de _____ de 2026.

Diretor ou representante legal - RG/CPF

ANEXO IV - DECLARAÇÃO ME OU EPP

A empresa inscrita no CNPJ nº....., sediada (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a), portador(a) do RG nº e do CPF/MF n.º.....
DECLARA, sob as penas da Lei, que atende os dispositivos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, tendo direito aos benefícios estendidos pelo referido Diploma.

Natal - RN, ____ de _____ de 2026.

Diretor ou representante legal - RG/CPF

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(NOME DA EMPRESA)

_____, CNPJ No

_____, sediada

_____ (endereço completo)

_____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Natal - RN, ____ de _____ de 2026.

Diretor ou representante legal - RG/CPF

ANEXO VI - DECLARAÇÃO MENOR TRABALHADOR

Em nome da Empresa _____, por este ato e na melhor forma de direito, DECLARO, sob as penas da lei, conforme determina o Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sob as penalidades cabíveis, que inexistem no quadro de pessoal desta empresa menor de dezoito anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Natal - RN, ____ de _____ de 2026.

Diretor ou representante legal - RG/CPF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 02310026.000480/2026-26

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de membranas de osmose reversa, destinadas à reposição nos sistemas de dessalinização do Programa Água Doce - PAD/RN**, conforme especificações técnicas e quantitativos estabelecidos neste documento.

1.2. O contrato decorrente do certame licitatório observará as condições estabelecidas neste Termo de Referência, juntamente com a proposta da contratada.

1.3. A contratada será responsável perante a SEMARH pela qualidade e totalidade da entrega dos materiais, e inteiramente responsável no que se refere à observância das especificações técnicas.

1.4. A SEMARH e a contratada estabelecerão oportunamente procedimentos detalhados visando sistematizar o desenvolvimento do contrato, em particular no que se refere a (1) Reunião; (2) Habilitação de pessoal; (3) Comunicações; (4) Fiscalização; e (5) Faturamento.

1.5. A entrega dos materiais será de forma única, contados a partir do recebimento, pela contratada, da Ordem de Compra emitida pela SEMARH, e atender as Especificações da SEMARH e Normas da ABNT para sua aceitação, mantendo-se atendidas durante todo o período do Contrato.

1.6. A expedição da Ordem de Compra somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

1.7. O prazo de vigência do contrato é de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

1.8. O prazo de validade da proposta deverá ser, no mínimo, de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de protocolo na SEMARH.

1.9. O prazo máximo para entrega dos materiais será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra.

1.10. Conforme o objeto deste Termo de Referência, não será necessário Licenciamento Ambiental ou mesmo Dispensa de Licenciamento Ambiental.

1.11. Com base na Lei 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitação e contratação, é possível argumentar que certos processos de contratação pública podem ser realizados sem envolver complexidade técnica e financeira. Isso ocorre em casos onde a natureza do objeto a ser contratado é simples e bem definida, de baixa complexidade, não demandando expertise especializada para sua execução. Além disso, quando os riscos associados são facilmente identificáveis e mitigáveis mediante o cumprimento das normas e procedimentos previstos na legislação, a utilização de uma matriz de risco pode ser dispensável, tornando o processo mais ágil e simplificado.

1.12. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

1.13. **A justificativa, os itens e seus quantitativos referente aos bens fornecidos pela Contratada, encontram-se abaixo:**

1.14. Diagnóstico dos Sistemas Existentes e em Implantação:

A SEMARH/RN, por meio do Programa Água Doce, atualmente acompanha a operação de sistemas de dessalinização distribuídos em comunidades difusas do semiárido potiguar. O levantamento técnico realizado no planejamento do presente processo licitatório identificou a necessidade de substituição preventiva e corretiva de membranas em funcionamento, bem como a reserva técnica necessária para eventuais falhas, obstruções ou desgastes prematuros.

1.15. Demanda Estimada por Sistema:

Cada sistema de dessalinização possui, em média, entre 2 e 4 membranas instaladas. Considerando os sistemas ativos e os que estão em fase de instalação ou manutenção, chegou-se à estimativa de cobertura para 20 a 25 sistemas. Esse dimensionamento contempla:

1.16. Substituição programada em unidades que já operam há mais de 3 anos com as mesmas membranas;

1.17. Atendimento às demandas de sistemas recém-recuperados;

1.18. Formação de estoque estratégico para substituições emergenciais.

1.19. Criticidade do Item para a Operação dos Sistemas:

As membranas de osmose reversa constituem o principal componente do sistema de dessalinização, sendo responsáveis pela filtragem da água salobra e pela garantia da potabilidade da água ofertada à população. A falha ou deterioração deste item compromete diretamente a funcionalidade do sistema, podendo interromper o fornecimento de água potável às comunidades atendidas.

1.20. **Riscos Operacionais e Logísticos:**

Com base na matriz de risco elaborada no planejamento da contratação, identificou-se alto risco associado à indisponibilidade de membranas sobressalentes. A logística de aquisição é limitada devido à especificidade do produto e ao tempo de entrega, o que reforça a necessidade de contratação com margem preventiva de segurança.

1.21. **Racionalidade Econômica e Técnica:**

A aquisição unificada de 68 unidades permite melhores condições comerciais, com ganho de escala, padronização técnica e facilidade de gestão contratual. O regime de execução com fornecimento integral, com entrega única, sob regime de menor preço global, previsto na Lei nº 14.133/2021, garante que os pagamentos sejam realizados com base na efetiva entrega do item, conferindo à Administração maior controle e economicidade.

1.22. **Compatibilidade com o Plano de Trabalho do Convênio nº 761669/2011 - MIDR/SEMARH:**

O número de unidades está em consonância com as metas físicas previstas no convênio supracitado, que contempla a recuperação e manutenção de sistemas de dessalinização em diversas regiões do Estado, com foco na garantia do abastecimento humano de forma contínua e segura.

1.23. **Conclusão:**

Diante do exposto, justifica-se plenamente o quantitativo de **68 membranas de osmose reversa** para contratação por meio de processo licitatório. O número foi estabelecido com base em critérios técnicos, operacionais e contratuais, visando garantir a regularidade da operação dos sistemas de dessalinização, conforme os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e planejamento previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

1.24. Tal contratação é imprescindível para o cumprimento das metas estabelecidas no âmbito do **Programa Água Doce - PAD/RN**, assegurando água de qualidade para consumo humano em comunidades vulneráveis do semiárido potiguar.

2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Em conformidade com a diretrizes do **Convênio nº 761669/2011** formalizados entre o Estado do Rio Grande do Norte e a União, compete ao Programa Água Doce, por sua Coordenação Estadual, realizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos gerenciar/manter sistemas de dessalinização.

2.2. Deste modo, foi realizado um levantamento técnico dos equipamentos, considerando a necessidade de manutenção preventiva/corretiva dos sistemas já instalados pelo Programa Água Doce-PAD/RN.

2.3. A metodologia utilizada pelo PAD foi construída de forma participativa envolvendo diversas Instituições Federais, Estaduais, Municipais e Sociedade Civil e encontra-se detalhada e consolidada no Documento Base do Programa Água Doce, nas orientações técnicas e nos planos estaduais. Sua implementação se dá a partir da execução integrada de ações dos componentes de mobilização social, sustentabilidade ambiental e dessalinização, a fase de diagnóstico é fundamental para o desenvolvimento das etapas posteriores.

2.4. A contratação pretendida faz parte do planejamento estratégico desenvolvido pelo Programa Água Doce - PAD, que visa à implantação/recuperação de sistemas de dessalinização, garantindo água de qualidade para as comunidades rurais selecionadas.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A presente contratação visa atender à necessidade de aquisição de membranas de osmose reversa, com diâmetro de 4 polegadas e comprimento de 40 polegadas, compatíveis com os sistemas de dessalinização em operação no âmbito do Programa Água Doce (PAD), coordenado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) no Estado do Rio Grande do Norte.

3.2. A demanda decorre do desgaste natural das membranas atualmente instaladas, ocasionado pelo uso contínuo e pelas condições de operação dos sistemas. As membranas degradadas apresentam baixa eficiência na remoção dos sólidos dissolvidos, redução significativa da vazão de água potável produzida, aumento da condutividade da água tratada e, em casos mais críticos, ruptura do elemento filtrante, o que acarreta a paralisação dos sistemas e a interrupção do abastecimento das comunidades rurais atendidas pelo Programa.

3.3. A substituição das membranas justifica-se tecnicamente com fundamento na norma ASTM D4516 e nas boas práticas da indústria, sendo indicada quando verificados os seguintes critérios de falha: declínio do fluxo de permeado superior a 10% em relação ao fluxo nominal de projeto, mesmo após procedimentos de limpeza química (CIP); queda na taxa de rejeição de sólidos totais dissolvidos (TDS) abaixo de 95%; aumento da pressão diferencial (ΔP) acima de 15% do valor de projeto; e persistência das condições de falha após três ciclos de limpeza química, confirmando degradação físico-química irreversível do elemento filtrante.

3.4. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de membranas de osmose reversa que atendam aos parâmetros técnicos estabelecidos pelo PAD, notadamente taxa mínima de rejeição de 99,5% de sais dissolvidos, modelo espiral TFC (Thin Film Composite) ou equivalente, compatíveis com os vasos de pressão e demais componentes dos sistemas já implantados. A seleção da solução observou critérios técnicos, econômicos e operacionais, visando garantir o melhor custo-benefício para a Administração Pública, com base em pesquisa de preços realizada no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), em conformidade com as Instruções Normativas nº 73/2020 e nº 65/2021.

3.5. No que se refere aos impactos ambientais e à sustentabilidade, a aquisição priorizará membranas de alta eficiência, visando reduzir o consumo de energia elétrica e a frequência de limpezas químicas, mitigando a emissão de efluentes e otimizando a taxa de recuperação de água. As membranas deverão possuir alto índice de durabilidade, de forma a retardar o ciclo de descarte e minimizar o volume de rejeito salino gerado no processo de filtragem. A gestão do descarte das membranas exauridas será de responsabilidade da SEMARH, que providenciará o armazenamento temporário e a destinação final ambientalmente adequada, em aterros licenciados ou unidades de reciclagem, sendo as embalagens e materiais de transporte segregados para coleta seletiva ou reaproveitamento interno.

3.6. A contratação está alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, conforme

estabelecido na Lei nº 14.133/2021, e respeita os limites da programação orçamentária vigente desta Pasta de Governo, reforçando o compromisso institucional com a gestão responsável dos recursos públicos e com o direito fundamental de acesso à água.

4. REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

4.1. O objeto será executado mediante fornecimento integral, com entrega única, conforme as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

4.2. Eventuais alterações contratuais poderão ocorrer nas hipóteses previstas no **art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021**, respeitados os limites legais de acréscimos ou supressões de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

4.3. Em caso de alteração quantitativa, será mantido o **preço unitário contratado**, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. O fornecimento será realizado mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global, em lote único, com fornecimento integral e entrega única, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021. A adoção do lote único visa otimizar a administração e fiscalização do fornecimento, garantindo padronização técnica, ganho de escala e simplificação da gestão contratual.

5.2. Das Especificações Técnicas do Produto

5.2.1. As membranas de osmose reversa a serem fornecidas deverão atender às seguintes especificações mínimas:

- a) Tipo: Osmose Reversa (RO), modelo espiral TFC (Thin Film Composite) ou equivalente;
- b) Dimensões: diâmetro de 4 polegadas e comprimento de 40 polegadas;
- c) Taxa mínima de rejeição de sais dissolvidos: 99,5%;
- d) Área de cada elemento de membrana: 78 ft²;
- e) GPD: 2.400;
- f) Faixa de trabalho: 0 a 10.000 mg/L;
- g) Temperatura máxima de operação: 45°C;
- h) Pressão máxima de operação: 41 bar;
- i) Fluxo máximo de alimentação: 3,6 m³/h;
- j) SDI máximo (15 min): 5;
- k) Faixa de pH durante operação: 2 a 11;
- l) Faixa de pH durante limpeza química: 1 a 13.

5.3. As membranas deverão ser novas, originais de fábrica, com fabricação recente, preferencialmente até 6 meses antes da entrega, devidamente acondicionadas de forma a protegê-las contra impactos, umidade e contaminações.

5.4. Da Certificação e Qualidade

5.4.1. As membranas fornecidas deverão ser fabricadas por empresa que possua sistema de gestão da qualidade certificado conforme a norma ISO 9001 ou equivalente, e deverão possuir certificação para uso em sistemas de tratamento de água destinada ao consumo humano, como NSF/ANSI 61 ou certificação internacional equivalente. As embalagens deverão conter claramente as informações de identificação do fabricante, número de série, lote e data de fabricação.

5.5. Da Qualificação Técnica

5.5.1. Para fins de habilitação técnica, o licitante deverá apresentar:

- a) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência anterior no fornecimento de bens com características compatíveis com o objeto licitado, em conformidade com o art. 67, II, e § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Catálogo técnico ou ficha técnica do produto ofertado, emitido pelo fabricante ou distribuidor autorizado, comprovando a compatibilidade com as especificações técnicas exigidas, especialmente quanto às dimensões físicas de 4 polegadas de diâmetro por 40 polegadas de comprimento, padrão de conexão compatível com os vasos de pressão utilizados nos sistemas convencionais de osmose reversa e operação dentro dos limites técnicos especificados.

5.6. Não serão exigidos quantitativos mínimos para fins de qualificação técnica, considerando tratar-se de fornecimento de bem padronizado e amplamente disponível no mercado, bastando que o licitante comprove de forma simples e direta que já forneceu objeto compatível com o licitado.

5.7. Da Qualificação Econômico-Financeira

5.7.1. Para fins de habilitação econômico-financeira, o licitante deverá apresentar:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% do valor estimado da contratação, conforme art. 69 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser comprovado mediante certidão da junta comercial ou apresentação de contrato social consolidado.

5.8. Não serão exigidos índices de liquidez corrente e geral, considerando a natureza e o porte do objeto

7.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado

ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração, conforme **§ 2º Art. 96 da Lei nº 14.133/21**.

7.4. A garantia, na modalidade seguro-garantia, deverá ser apresentada no prazo de até 1 (um) mês, contado da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, conforme § 3º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras, conforme **Art. 97 da Lei nº 14.133/21**:

a) O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

b) O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver efetuado o pagamento, o prêmio nas datas convencionadas.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto licitado observará os seguintes procedimentos e etapas:

8.2. Recebimento e Aceitação do Objeto

8.3. O objeto contratado, consistente no **fornecimento de membranas de osmose reversa**, será recebido em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes etapas:

8.4. **Recebimento provisório**: no ato da entrega, mediante conferência da quantidade, especificações técnicas e integridade dos materiais;

8.5. **Recebimento definitivo**: ocorrerá após verificação da conformidade técnica, integridade física dos elementos de membrana e compatibilidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

8.6. O recebimento será formalizado por meio de **termo de recebimento provisório** e, posteriormente, **termo de recebimento definitivo**, emitido pela equipe técnica da SEMARH/PAD.

8.7. Local de Entrega

8.8. A entrega dos materiais será na Sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), localizada na Rua Dona Maria Câmara, n.º 1884, Capim Macio, Natal - RN, no horário das 08h00 às 14h00. Na entrega, serão conferidos os produtos, quando serão realizadas as verificações da integridade das embalagens, identificação do produto e conformidade com as especificações técnicas.

8.9. Fiscalização e Acompanhamento

8.10. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um servidor ou comissão designada por ato da autoridade competente da SEMARH/RN, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. Caberá à fiscalização:

8.12. Verificar a compatibilidade dos materiais entregues com as especificações técnicas exigidas;

8.13. Registrar eventuais não conformidades, solicitar correções e adotar providências para o cumprimento integral do objeto;

8.14. Atestar o recebimento definitivo do material.

8.15. Substituições e Responsabilidades

8.16. Caso qualquer item entregue apresente defeito de fabricação, incompatibilidade com os sistemas ou divergência das especificações contratadas, a empresa contratada deverá providenciar a substituição no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir da notificação formal da contratante, sem quaisquer ônus adicionais.

8.17. Prazos e Condições de Pagamento

8.18. O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias úteis** após o recebimento definitivo dos materiais e apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela fiscalização contratual, observando-se a ordem cronológica de exigibilidade e a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração Pública.

8.19. Penalidades

8.20. O descumprimento parcial ou total das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, incluindo advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, conforme a gravidade da infração.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O Contrato ou Instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

9.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos

respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

9.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

9.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

9.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

9.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

9.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

9.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

9.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

9.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);

9.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

9.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

9.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

9.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado no prazo de entrega, conformidade técnica e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

9.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

9.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

9.20. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

9.20.1. Controle e posterior envio das Notas de Empenho para as empresas;

9.20.2. Validação dos materiais quanto a qualidade, descrição técnica e posterior envio da Nota Fiscal para procedimento de faturamento.

9.21. Se necessário, contato com as empresas até o momento de faturamento completo das Notas Fiscais.

10. FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, mediante ato formal da autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Compete à fiscalização contratual:

a) acompanhar e verificar o cumprimento das condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência;

b) conferir os materiais entregues pela contratada, verificando sua quantidade, integridade, acondicionamento e conformidade com as especificações técnicas exigidas;

c) registrar formalmente eventuais irregularidades ou não conformidades verificadas na entrega dos materiais;

d) solicitar à contratada a substituição de materiais que apresentem defeito, avaria, incompatibilidade

técnica ou divergência em relação às especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

e) atestar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, quando constatado o atendimento integral das exigências contratuais;

f) encaminhar à autoridade competente relatório ou comunicação sobre eventuais descumprimentos contratuais, para adoção das medidas cabíveis, inclusive aplicação de penalidades, quando for o caso;

g) acompanhar os procedimentos de liquidação da despesa e atestar as notas fiscais apresentadas pela contratada, quando constatada a regular execução do objeto.

10.3. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive quanto à qualidade dos materiais fornecidos.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, conforme cronograma acordado, os materiais objeto do contrato. Estes serão considerados recebidos pelos fiscais do contrato nas seguintes condições:

11.2. **Recebimento provisório**, mediante conferência física e documental dos materiais entregues e apresentação dos respectivos relatórios de entrega (quando aplicável), para posterior verificação da conformidade técnica com as especificações do Termo de Referência;

11.3. **Recebimento definitivo**, após avaliação da conformidade técnica, integridade, quantidade e qualidade dos materiais entregues, em relação às exigências contratuais. O recebimento será formalizado por meio de **Atestado de Recebimento Definitivo**, emitido pela fiscalização designada.

11.4. Poderá ser indicada a **retenção ou glosa nos pagamentos**, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

11.5. Não forneça os materiais conforme especificações técnicas exigidas;

11.6. Deixe de entregar os itens contratados, ou os entregue com qualidade inferior à mínima exigida;

11.7. Utilize embalagens inadequadas ou meios de transporte que comprometam a integridade do material;

11.8. Descumpra os prazos estabelecidos para entrega.

11.9. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores **não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021**, o **prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento provisório.

11.10. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser **excepcionalmente prorrogado**, mediante justificativa formal, por igual período, quando houver necessidade de diligências adicionais para aferição do atendimento pleno às exigências do contrato.

11.11. No caso de controvérsias quanto à **quantidade, qualidade ou especificações técnicas dos materiais entregues**, será observado o disposto no **art. 143 da Lei nº 14.133/2021**, devendo-se comunicar à empresa contratada para que esta emita **Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa**, para fins de liquidação e pagamento.

11.12. O prazo concedido à contratada para **sanar eventuais irregularidades** nos materiais entregues ou **corrigir a Nota Fiscal/instrumento de cobrança equivalente**, não será computado para os fins de contagem do prazo de recebimento definitivo.

11.13. O recebimento provisório ou definitivo **não exime a contratada da responsabilidade civil** pela conformidade, segurança e durabilidade dos materiais fornecidos, tampouco **da responsabilidade ética e legal pela perfeita execução das obrigações contratuais**.

11.14. Liquidação

11.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.16. O prazo de validade;

11.17. A data da emissão;

11.18. Os dados do contrato e do órgão contratante;

11.19. O período respectivo de execução do contrato;

11.20. O valor a pagar; e

11.21. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.22. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.23. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.27. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.29. **Prazo de pagamento**

11.30. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos do Art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

11.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

11.32. **Forma de pagamento**

11.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado de titularidade da CONTRATADA.

11.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.36. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.37. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.38. **Antecipação de pagamento**

11.39. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, uma vez que se torna necessária a entrega e conferência dos bens para a realização do pagamento.

11.40. **Cessão de crédito**

11.41. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de Fevereiro de 2025, conforme as regras deste presente tópico.

11.42. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

11.43. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

11.44. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a Lei nº 14.133, de 2021, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, e do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020..

11.45. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

11.46. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

12. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

12.1. **Forma de Seleção**

12.2. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o rito da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento de menor preço, sob o regime de fornecimento integral, com entrega única, observada a estrita compatibilidade com as especificações técnicas e os preços de mercado.

12.3. **Caracterização do Objeto como Bem Comum**

12.4. O objeto da contratação é classificado como bem comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de produto com especificações padronizadas e amplamente disponível no mercado, cujos requisitos de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência.

12.5. Dessa forma, justifica-se a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço.

12.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.6.1. Qualificação Técnica:

12.7. A comprovação da capacidade técnica da licitante será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

12.8. Qualificação Técnico-Operacional: Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante já forneceu bens similares, em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, em conformidade com o art. 67, II, e § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.9. Especificação do Objeto: Catálogo técnico ou ficha técnica do produto ofertado, emitido pelo fabricante ou distribuidor autorizado, que comprove de forma detalhada a compatibilidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência.

12.10. Caberá ao licitante a apresentação de atestado de capacidade técnica.

12.11. Habilitação jurídica

12.11.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.11.2. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme a Instrução Normativa DREI/ME nº 81, de 10 de junho de 2020..

12.11.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.11.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.11.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.12. Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.12.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.12.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

12.12.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.12.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.12.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.12.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.12.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

13.2. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.3. Dos documentos e certidões

13.4. a) **Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante; e**

13.5. b) Comprovação de capital social patrimônio líquido equivalente a 10% do valor estimado da contratação.

13.6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.7. Dos documentos

13.8. **c) para fins de participação no certame, os licitantes deverão apresentar atestado de capacidade**

técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já forneceu materiais compatíveis com o objeto licitado.

13.9. Como visto, para fins de participação no certame, a administração pública não fez exigências de quantitativos mínimos no que se refere à qualificação técnica, bastando, tão somente que o licitante comprove de forma simples e direta que já forneceu objeto compatível com o licitado.

13.10. Do mesmo modo, no que se refere à qualificação econômico-financeira, também não foram exigidos índices de liquidez corrente e geral, sendo solicitado aos licitantes a apresentação de certidão de falência e comprovação de capital social mínimo de 10%, que pode ser feito mediante certidão da junta comercial ou mesmo por meio da apresentação de contrato social consolidado.

13.11. A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

13.12. Para o atendimento do disposto no **caput** deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

13.13. É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

13.14. A Administração, nas compras para entrega futura, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

13.15. É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. Para fins de estimativa do valor da presente contratação, foram adotadas metodologias consagradas na administração pública, conforme preveem as Instruções Normativas Federais nº 73/2020 e nº 65/2021, ambas da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

14.2. Contudo, considerando a **especificidade do objeto**, voltado para o atendimento à metodologia técnica do **Programa Água Doce**, verificou-se a **inexistência de item correspondente nas bases oficiais mencionadas**, dada a natureza especializada das membranas de osmose reversa a serem fornecidas.

14.3. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH/RN), por meio de sua equipe técnica, utilizou então o **Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP)** como ferramenta tecnológica de consulta a preços praticados em licitações e contratos formalizados em todo o território nacional. As buscas foram realizadas com base nas **especificações técnicas mínimas exigidas** para o objeto, sendo possível, por meio do PNCP, obter referências recentes de contratos similares celebrados por entes públicos, o que possibilitou a composição de uma **média de preços praticados no mercado nacional**.

14.4. A utilização do PNCP como fonte de pesquisa atende plenamente às disposições das Instruções Normativas mencionadas, sendo um dos meios oficiais recomendados para a **formação de estimativa de preços nas contratações públicas**, sobretudo em casos nos quais não há disponibilidade em sistemas tradicionais como SINAPI, SICRO e similares.

14.5. Dessa forma, a estimativa de valor da contratação foi estabelecida com base na **média aritmética simples dos preços encontrados no PNCP**, considerando-se os valores atualizados monetariamente e ajustados às condições locais de fornecimento.

14.6. O serviço a ser contratado possui o valor estimado de R\$ 142.245,12 (Cento e Quarenta e Dois Mil e Duzentos e Quarenta e Cinco Reais e Doze Centavos)

14.7. Os preços unitários referenciais, a memória de cálculo e os documentos que deram suporte à estimativa encontram-se detalhados na Pesquisa Mercadológica ID:40180356, 40180409, 40180528 e Mapa de Formação de Preços ID:40176423 anexados aos autos.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. De acordo com o OGE/2026 informamos nesta data, a existência de saldo na programação orçamentária e financeira suficiente para a execução do pleito, que correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

15.2. 27.131.18.544.0402 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Subação 135501 - Programa Água Doce - Elemento de Despesa: 4490.30.25 Material para Manutenção de Bens Móveis Fontes 4.700.010010 Recursos de Convênio e Fonte 5.500 Recursos Ordinários - Superávit Financeiro Contra partida de Convênio.

Exercício/2026

Elem. Despesa	4490.30.25	Fonte 0.700	Recursos Convênio	128.020,61	90%
Elem. Despesa	4490.30.25	Fonte 5.500	C.partida Convênio	14.224,51	10%
Valor Total				142.245,12	

16. CLASSIFICAÇÃO DE SIGILO

16.1. Este termo de referência e seus anexos são ostensivos para consulta de todo o público, conforme art. 10

17. REAJUSTE (ART. 92, V, DA LEI 14.133/2021)

- 17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
- 17.2. Caso a vigência contratual ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.
- 17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 17.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 17.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 17.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV, DA LEI 14.133/2021)

18.1. São obrigações da Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato ou instrumento equivalente e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Termo de Referência**;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste documento e/ou no Contrato;
- h) Cientificar a Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato ou no Instrumento Equivalente, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- k) Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias.
- l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- m) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- n) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e repactuação feitos pelo(a) contratado(a) no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis

19. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII, , DA LEI 14.133/2021)

19.1. São obrigações do(a) Contratado(a):

- a) O contratado deverá cumprir integralmente todas as disposições constantes neste Termo de Referência, no edital e no contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto, observando, em especial, as seguintes obrigações:
 - I - fornecer os materiais em conformidade com as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
 - II - garantir que as membranas de osmose reversa fornecidas sejam **novas, originais de fábrica, sem uso anterior e com fabricação recente**, atendendo aos padrões técnicos exigidos;

- a) A atuação da fiscalização da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas.
- b) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV, DA LEI 14.133/2021)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar o de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 13.303, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "a" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:

- a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do

contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

20.7. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

20.8. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

20.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

20.10. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.11. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.13. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.15. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

20.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.18. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

20.20. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

21. DO CONSÓRCIO

21.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação consiste no fornecimento de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, não apresentando complexidade técnica ou vulto que justifique a formação de consórcio, podendo ser plenamente executado por empresas que atuem individualmente no setor.

22. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

22.1. Considerando que o objeto desta licitação consiste no fornecimento de membranas de osmose reversa em lote único, e tendo em vista as justificativas técnicas de não parcelamento constantes neste Termo de Referência, fica afastada a aplicação da cota reservada de que trata o art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

22.2. O afastamento fundamenta-se na inviabilidade técnica e econômica do fracionamento do objeto, uma vez que a aquisição de membranas de fabricantes distintos comprometeria a padronização técnica, a compatibilidade com os vasos de pressão instalados nos sistemas de dessalinização do Programa Água Doce e a responsabilização

contratual por eventuais falhas, conforme detalhado na seção 8 deste documento.

22.3. Não obstante o afastamento da cota reservada, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar livremente do certame em igualdade de condições com as demais licitantes, fazendo jus ao tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

23. DA RESCISÃO / EXTINÇÃO DO CONTRATO

23.1. O CONTRATO poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 138, inciso I, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como poderá ser rescindido de forma amigável, por acordo entre as partes, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias, desde que haja conveniência para a Contratante.

23.2. A rescisão do contrato poderá ocorrer de pleno direito, independentemente de intervenção judicial ou extrajudicial, observadas as hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos seguintes casos:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) lentidão no cumprimento das obrigações, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da execução no prazo e nas condições estipuladas;
- c) atraso injustificado da CONTRATADA;
- d) paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- e) subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- f) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;
- g) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato, devidamente anotadas;
- h) ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- i) decretação de falência ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- j) dissolução da sociedade da CONTRATADA ou falecimento do titular, no caso de firma individual;
- k) insolvência da CONTRATADA, caracterizada por protesto de títulos ou emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos;
- l) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade máxima da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE.

23.2.1. Exceto nas hipóteses de caso fortuito/força maior e interesse público devidamente justificado, a rescisão contratual acarretará à CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis, as seguintes consequências:

- a) responsabilização por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE;
- b) retenção dos créditos existentes até a apuração e o ressarcimento de eventuais débitos.

23.3. O contrato poderá, ainda, ser rescindido por acordo entre as partes, de forma amigável, reduzida a termo no processo administrativo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

23.4. A rescisão poderá ocorrer, ainda, por via judicial, nos termos da legislação vigente.

23.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

23.6. Quando a rescisão ocorrer sem culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

23.7. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

23.8. A extinção do contrato poderá ocorrer nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

23.9. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção do contrato, desde que não restrinja sua capacidade de execução.

23.10. Caso a operação implique mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

23.11. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) apuração de indenizações e multas.

23.12. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que poderá ser concedida indenização por meio de termo indenizatório, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

competente para aprovação da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, estando devidamente motivado e instruído conforme os elementos constantes do processo administrativo, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, §1º, da Lei nº 9.784/1999.

(assinado eletronicamente)

Dilma Lucas da Silva
Coordenadora Estadual do Programa Água Doce - PAD/SEMARH
Matrícula - 177.283-0



Documento assinado eletronicamente por **DILMA LUCAS DA SILVA, Subcoordenadora de Recursos Hídricos**, em 19/06/2026, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42147293** e o código CRC **C9CEA705**.

Referência: Processo nº 02310026.000480/2026-26

SEI nº 42147293

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
Rua Dona Maria Câmara, 1884 - Bairro Capim Macio, Natal/RN, CEP 59082-430
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.semarh.rn.gov.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 02310026.000480/2026-26

CONTRATO Nº XXX/2026

Unidade Gestora: Programa Água Doce - PAD

CONTRATO N.º XX/2026 (SEMARH), QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS (SEMARH) E A PESSOA JURÍDICA xxxxxxxxxxxx, CNPJ: xxxxxxxxxxxx.

O Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH)**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 01.066.896/0001-74, com Sede na Rua Dona Maria Câmara, n.º 1.884, Capim Macio, Natal - RN, neste ato representada por Sua Excelência, o Senhor **Paulo Lopes Varella Neto**, Secretário de Estado, Matrícula Funcional n.º 153.857-8, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 136.777.214-15, doravante denominado **Contratante**, e a empresa **xxxxxxxxxx**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º xxxxxxxxxxxx, com Sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n.ºxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxx, xxxxxx, xxxxxx, neste ato representada pelo Senhor xxxxxxxx, (Sócio-administrador), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º xxxxxxxx, tendo em vista o que consta do Processo SEI n.º 02310026.000480/2026-26 e em observância as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Edital do Pregão Eletrônico n.º xxxxxxxx - SEMARH, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento de membranas de osmose reversa, em conformidade com as especificações, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento, nos termos da Lei nº 14.133/2021. As membranas destinam-se aos sistemas de dessalinização instalados na região semiárida do Estado do Rio Grande do Norte, no âmbito do Programa Água Doce - PAD/MDR, sob responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH.

1.2. O regime de execução será por fornecimento integral, com entrega única.

1.3. Detalhamento do objeto:

Material			
1.	Fornecimento de membranas de osmose reversa, dimensões 4" x 40", destinadas a sistemas de dessalinização, conforme Termo de Referência.	Unid.	68

1.4. Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

1.4.1. Termo de Referência;

1.4.2. O Edital do Pregão Eletrônico nº **XXX/2026 - SEMARH**;

1.4.3. A proposta do(a) Contratado(a); e

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supramencionados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério das partes, desde que observadas as regras previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.2. A eventual prorrogação contratual será condicionada ao ateste, pela autoridade competente de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com o contratado, com

vistas a obtenção de menores preços ou melhores condições contratuais com a administração pública.

2.3. O(a) contratado(a) não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o(a) contratado(a) tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação da respectiva penalidade.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL

3.1. A entrega do material será realizada em fornecimento integral, com entrega única, conforme quantitativo previsto neste contrato e no Termo de Referência.

3.2. O prazo para entrega dos produtos será de até **30 (trinta) dias corridos** contados a partir do recebimento da Ordem de Compra.

3.3. O aceite da Nota de Empenho emitida à empresa contratada implica o reconhecimento de que:

3.3.1. O fornecedor se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste contrato, bem como do Termo de Referência;

3.3.2. O fornecedor reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, no que couber, e reconhece os direitos da Administração na mesma Lei.

3.4. A entrega dos materiais será na Sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), localizada na Rua Dona Maria Câmara, n.º 1884, Capim Macio, Natal - RN, no horário das 08h00 às 14h00. Na entrega, os produtos serão conferidos, quando serão realizadas as verificações da integridade das embalagens, identificação do produto e conformidade com as especificações técnicas.

3.5. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.

3.6. A descarga dos materiais e acomodação dos mesmos no Almojarifado da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) deverá ser realizada por funcionários da contratada, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários ao trabalho.

3.7. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.8. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.9. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DO OBJETO

4.1. A contratada deverá garantir a qualidade e o perfeito funcionamento das membranas fornecidas pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

4.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá substituir, às suas expensas e no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, quaisquer produtos que apresentem defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou funcionamento em desacordo com as especificações previstas no Termo de Referência.

4.3. A garantia prevista nesta cláusula não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios e defeitos do produto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e demais normas aplicáveis.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, seja ela parcial ou total.

5.2. Não será admitida a cessão do objeto contratual, seja ela parcial ou total.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O valor do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), de acordo com a Proposta de Preços apresentada pelo(a) contratado(a) e já inclui todos os custos necessários à sua perfeita execução, que são de responsabilidade exclusiva da Contratada.

6.1.1. LOTE ÚNICO R\$ _____ (_____).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo, contados a partir do recebimento e atesto da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado em sua proposta de preços.

7.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do Contrato.

7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante

consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o(a) Contratado(a) providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6. Antes de cada pagamento ao contratado, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

7.7. Constatando-se a situação de irregularidade do(a) contratado(a), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9.1. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa e o contraditório.

7.9.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

7.10. Será rescindido o Contrato em execução com o(a) contratado(a) inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.12. À contratante, reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos fornecidos forem entregues em desacordo com as especificações constantes do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são **fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses**, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da legislação vigente.

8.2. Caso a vigência contratual ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato ou instrumento equivalente e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Termo de Referência**;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste documento e/ou no Contrato;
- h) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Estado do RN (PGE-RN), para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do

presente Contrato ou no Instrumento Equivalente, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

j) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

k) Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias.

l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

m) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

n) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e repactuação feitos pelo(a) contratado(a) no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

10.1. São obrigações do(a) Contratado(a):

a) O contratado deverá cumprir integralmente todas as disposições constantes neste contrato, no edital e no termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto, observando, em especial, as seguintes obrigações:

I - fornecer os materiais em conformidade com as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência;

II - garantir que as membranas de osmose reversa fornecidas sejam **novas, originais de fábrica, sem uso anterior e com fabricação recente**, atendendo aos padrões técnicos exigidos;

III - assegurar que os produtos estejam devidamente **embalados, acondicionados e protegidos**, de modo a evitar danos durante o transporte, armazenamento e entrega;

IV - garantir que as embalagens contenham **identificação clara do fabricante, número de série, lote e data de fabricação**, quando aplicável;

V - responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais no(s) local(is) indicado(s) pela contratante, sem qualquer ônus adicional para a Administração;

VI - cumprir os prazos de entrega estabelecidos no contrato ou na nota de empenho;

VII - comunicar à contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa impedir ou atrasar a entrega dos materiais, apresentando a devida justificativa;

VIII - substituir, no prazo estabelecido pela Administração, os materiais que apresentarem defeitos, avarias, divergências técnicas ou incompatibilidade com as especificações exigidas;

IX - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, nos termos da legislação aplicável, inclusive do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

X - reparar ou substituir, às suas expensas, quaisquer materiais que apresentem defeito de fabricação, irregularidade ou não conformidade com as especificações contratadas;

XI - responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência do fornecimento dos materiais;

XII - atender prontamente às solicitações e determinações da fiscalização do contrato, prestando as informações e esclarecimentos solicitados;

XIII - manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XIV - apresentar, quando solicitado pela Administração ou quando não for possível a verificação por meio de sistemas oficiais, os documentos que comprovem sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

XV - arcar com todos os tributos, encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o objeto contratado;

XVI - guardar sigilo sobre informações e documentos eventualmente acessados em razão da execução contratual;

XVII - arcar com os custos decorrentes de eventuais erros no dimensionamento de sua proposta, exceto nas hipóteses previstas no art. 124, II, da Lei nº 14.133/2021;

XVIII - cumprir toda a legislação aplicável ao fornecimento do objeto contratado.

a) A atuação da fiscalização da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

b) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A garantia será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

11.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-Garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

11.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.4. O prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro-garantia.

11.5. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.6. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver efetuado o pagamento do prêmio nas datas convencionadas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.3. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Multa:

a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.7. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.8. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.15. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.20. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO / EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1. O CONTRATO poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 138, inciso I, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como poderá ser rescindido de forma amigável, por acordo entre as partes, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias, desde que haja conveniência para a Contratante.

13.2. A rescisão do contrato poderá ocorrer de pleno direito, independentemente de intervenção judicial ou extrajudicial, observadas as hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos seguintes casos:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) lentidão no cumprimento das obrigações, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da execução no prazo e nas condições estipuladas;
- c) atraso injustificado da CONTRATADA;
- d) paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- e) subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- f) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;
- g) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato, devidamente anotadas;
- h) ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- i) decretação de falência ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- j) dissolução da sociedade da CONTRATADA ou falecimento do titular, no caso de firma individual;
- k) insolvência da CONTRATADA, caracterizada por protesto de títulos ou emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos;
- l) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade máxima da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE.

13.2.1. Exceto nas hipóteses de caso fortuito/força maior e interesse público devidamente justificado, a rescisão contratual acarretará à CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis, as seguintes consequências:

- a) responsabilização por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE;
- b) retenção dos créditos existentes até a apuração e o ressarcimento de eventuais débitos.

13.3. O contrato poderá, ainda, ser rescindido por acordo entre as partes, de forma amigável, reduzida a termo no processo administrativo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

13.4. A rescisão poderá ocorrer, ainda, por via judicial, nos termos da legislação vigente.

13.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.6. Quando a rescisão ocorrer sem culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.7. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

13.8. A extinção do contrato poderá ocorrer nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 13.9. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção do contrato, desde que não restrinja sua capacidade de execução.
- 13.10. Caso a operação implique mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.11. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - c) apuração de indenizações e multas.
- 13.12. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que poderá ser concedida indenização por meio de termo indenizatório, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. De acordo com o OGE/2026 informamos nesta data, a existência de saldo na programação orçamentária e financeira suficiente para a execução do pleito, que correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
- 14.2. 27.131.18.544.0402 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Subação 135501 - Programa Água Doce - Elemento de Despesa: 4490.30.25 Material para Manutenção de Bens Móveis Fontes 4.700.010010 Recursos de Convênio e Fonte 5.500 Recursos Ordinários - Superávit Financeiro Contra partida de Convênio.

Exercício/2026

Elem. Despesa	4490.30.25	Fonte 0.700	Recursos Convênio	128.020,61	90%
Elem. Despesa	4490.30.25	Fonte 5.500	C.partida Convênio	14.224,51	10%
Valor Total				142.245,12	

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/90 - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.2. O(a) contratado(a) é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1. A gestão contratual será realizada pela servidora Dilma Lucas da Silva, Matrícula nº 177.283-0. A fiscalização do contrato será exercida pelos servidores Lionel Pessoa de Souza, Matrícula: 59799-6 e o técnico Roberto Jorge Rocha do Nascimento, Matrícula: 162992-1. A designação dos servidores acima indicados se dará por meio de publicação de portaria no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.
- 17.2. A fiscalização e gestão contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 17.3. O fiscal e o gestor anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ANTICORRUPÇÃO

- 18.1. O(a) contratado(a) declara conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na Lei Federal nº 12.846/13, e se compromete, por si, a cumpri-las fielmente, e observando os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade e transparência.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 19.1. É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº. 13.709/18 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do contratante, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.
- 19.2. É vedado à contratada a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto do Contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

19.3. A contratada deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência do Contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

19.4. Caberá à contratada implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual.

19.5. A contratada deverá comunicar imediatamente ao contratante, titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº. 13.709/18.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

21.1. Caberá ao contratado observar as normas relativas à sustentabilidade ambiental, em especial as NBRs.

21.2. Sempre que possível, os produtos deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável.

21.3. Os produtos, conforme o caso, deverão ter certificado do INMETRO.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal - Estado do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Natal - RN, xxx de xxxx de 2026.

Paulo Lopes Varella Neto
Secretário de Estado/SEMARH
Representante legal
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXX
Sócio-administrador
Representante legal
CONTRATADO(A)



Documento assinado eletronicamente por **DILMA LUCAS DA SILVA, Subcoordenadora de Recursos Hídricos**, em 19/06/2026, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42148250** e o código CRC **CE6936FE**.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 6, DE @DIA@ DE @MES_EXTENSO@ DE @ANO@, NATAL/RN

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 90006/2026-SEMARH

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, por meio de seu Agente de Contratação/Pregoeiro, torna público que realizará Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, no modo de disputa Aberto, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de membranas de osmose reversa, destinadas à reposição nos sistemas de dessalinização do Programa Água Doce – PAD/RN.

A licitação será realizada no sistema www.gov.br/compras, UASG 928196, com Sessão a ser realizada as 9h00 (horário de Brasília – DF) do dia 3 de julho de 2026. O recebimento das propostas iniciará em 23 de junho de 2026 as 9h00. O edital e seus respectivos anexos poderão ser acessados no sistema www.gov.br/compras e no site da SEMARH. Maiores informações poderão ser obtidas por intermédio do e-mail: semarh.licita@gmail.com.

Natal – RN, 21 de junho de 2026.

RONALDO FREDERICO DE OLIVEIRA FREITAS

Agente de Contratação/Pregoeiro